

## **UM DEUS PASSEANDO PELA BRISA DA TARDE - MÁRIO DE CARVALHO E ANTÍGONA – SÓFOCLES**

Carla Carvalho Alves

Em seu livro, *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, publicado em 1994, o escritor português Mário de Carvalho traz para literatura um recorte histórico bastante interessante no que se refere à condição humana em suas relações políticas, sociais e principalmente religiosas: trata-se do segundo século da era cristã, quando o Império Romano, sob o domínio de Marco Aurélio Antonino vivia seu apogeu, mas já começava a dar os primeiros sinais de esgotamento. A fecundidade temática desta época deve-se sobretudo ao conflito de valores e crenças aos quais estavam expostos povos de tão diferentes regiões e culturas, todos assemelhados sob o título de cidadãos romanos.

A religião romana consolidada por uma ampla tolerância em relação às outras religiões, combinou ao seu primitivo panteão centenas de outros deuses, oriundos de cultos gregos, etruscos e orientais. Essa imensa gama de possibilidades religiosas, entretanto, deixa transparecer um certo descompromisso espiritual do povo com as divindades. Se a religião dos antepassados ditava as leis que deveriam ser seguidas pelos homens, a religião do Império Romano era, na verdade, uma adequação dos ritos religiosos às necessidades públicas. Pode se perceber então, um deslocamento da relação do homem para com seus deuses, se antes aquele servia e obedecia plenamente às leis divinas, agora são os deuses que servem aos propósitos humanos, representados coletivamente pela pólis.

Distingue-se aqui, em meio a essa crise de valores religiosos, um cenário de enfraquecimento espiritual, onde a crença individual foi substituída pela conveniência pública. E é justamente a partir desse cenário, que podemos presenciar, em um *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, um outro enquadramento histórico-religioso, o surgimento de uma nova doutrina:

o cristianismo. Temos então, por um lado os deuses da tradição greco-romana que encontravam-se já desacreditados e submetidos ao poder político das cidades, onde os rituais eram cumpridos apenas em um âmbito público, por outro lado uma religião cristã marginalizada, que não havia ainda se estabelecido em grande parte do Império.

Podemos identificar nessa escolha temporal do romance de Mário de Carvalho, uma época de complexidade religiosa, em que os homens envolvidos em relações jurídicas e contratuais com as divindades, não conseguiam ainda conceber um vínculo espiritual pleno, como se pregava na doutrina cristã. Percebemos ainda, reforçando a peculiaridade histórica desta obra, uma localização espacial muito propícia às ambigüidades e questionamentos políticos: Tarcisus uma pequena província da Lusitânia, que apesar de pertencer ao Império Romano e viver aparentemente segura dentro deste bloco único e indissolúvel, encontra-se no entanto muito afastada geograficamente de seu centro de poder: Roma. Esse distanciamento ocasiona então um enfraquecimento das relações entre essas duas cidades, ficando Tarcisus um tanto deslocada e desprotegida dentro deste imenso Império.

É a partir dessa ambientação tão singular e já em si mesma conflituosa, que o personagem-narrador Lúcio Valério Quíncio, antigo duúviro de Tarcisus e agora exilado em sua propriedade rural, elabora sua narrativa memorial. Através de sua história ele vai trançando uma rede de questões políticas, religiosas e éticas, seguindo sempre uma lógica opositora entre a aparente sensação coletiva de segurança e estabilidade, gerada pela crença em um Império indestrutível, e os reais conflitos e angústias individuais daqueles, que devido às suas insatisfações pessoais, desafiam o que ele chama de mediocridade dourada.

Lúcio ao narrar os episódios de sua vida pública, traz à tona diversos fatos relativos a temas que eram sagrados em um tempo mais remoto, quando a religião era absoluta e definidora da conduta humana, e que agora, em seu próprio tempo, devido à falta de certezas e de regras

solidamente justificadas por um poder superior, tornavam-se confusos e obscuros. Questões como a propriedade, o estrangeiro, a plebe e a própria religião, colocam constantemente em cheque as verdades tão frágeis com que Lúcio tentava se justificar. Se antes, por exemplo, a propriedade era sagrada e inalienável, porque ali estavam enterrados os antepassados, que eram os verdadeiros deuses, agora ainda se mantinham alguns resquícios desses valores antigos, porém não mais em nome do deus lar, mas em nome da divinização da pólis.

Exercendo seu cargo de duúnviro, Lúcio se depara então com um problema relativo à propriedade, mas que envolve também a segurança da cidade. Para ele não há dúvida de que demolir a casa de Pôncio, um habitante de Tarcisis, para possibilitar a construção de um muro que protegesse a cidade da invasão dos mouros, seria a atitude certa a se tomar. Devido a essa decisão, no entanto, Lúcio tem de arcar com o peso moral do suicídio de Pôncio, e com a cobrança, ainda que velada, da população, pois se a estabilidade pública foi mantida, o custo individual disso foi muito alto. Em meio a essa fluidez e imprecisão de valores parecia mesmo impossível defender uma verdade sem ferir à outra., pois se Lúcio defendia a pólis, havia dentro dessa muitas singularidades que ele teria de desconsiderar, para cumprir o que ele acreditava ser o seu dever.

Essa invasão dos mouros a Tarcisis, traz à tona também, questões relativas aos chamados povos bárbaros. O que os diferenciaria de fato dos autodenominados civilizados? Segundo Lúcio, as termas seriam um dos principais marcos desta civilidade alcançada pelos romanos, uma argumentação um tanto precária para se justificar a diferenciação entre a civilidade e a barbárie. Se antes os bárbaros eram aqueles que possuíam uma religião diferente, como os diferenciar agora em meio a essa infinidade de divindades públicas, todas despossuídas de um alcance realmente profundo e pessoal.

Com relação ao povo, “à plebe”, as questões tornam-se ainda mais complexas e indeterminadas. Lúcio os discriminava por seu vazio cultural, por sua preferência pelos espetáculos sangrentos e por seu desinteresse pelas questões políticas, que podiam ser percebidos desde as arenas de gladiadores da “cidade eterna” até a violenta execução de criminosos em praça pública. No entanto, essas práticas eram comuns em todos os âmbitos da sociedade e tinham a promoção e aprovação do próprio Imperador. Aqui mais uma vez percebemos que Lúcio se perde nessa complexidade de imprecisões de seu tempo, pois se antes a rejeição que se tinha pela plebe justificava-se por sua falta de religiosidade, já que como os plebeus não provinham das antigas famílias, eles não eram iniciados nos rituais dos lares; agora no entanto, a delimitação entre plebe e patrícios era muito tênue, não havia mais características que os pudessem diferenciar, de uma forma contundente. Inclusive, nesse tempo, era a plebe quem mais se dedicava à religião, sendo também por isso criticada por Lúcio.

Podemos perceber então, que Lúcio se debate inútil e tragicamente entre os deuses dos antepassados e os deuses atuais, subjugados pela pólis. E é exatamente desse seu conflito pessoal, que parece ter surgido um modelo estrutural, bastante apropriado para sua narrativa memorialística, que embora aparentemente individual, mostra-se no entanto, permeada por uma memória coletiva e cultural, em que se pode perceber a adoção de um certo modelo textual: *Antígona* (442 a.C.), tragédia grega de Sófocles.

Lúcio, como um cidadão romano de destacada posição social e política, tinha acesso, como se pode verificar em diversos trechos da narrativa, a toda uma herança cultural grega, em especial a literária. Mas de uma forma mais incisiva, parece ter sido mesmo *Antígona* o principal padrão de influência, seguido por Lúcio, para ordenação de suas memórias.

A aproximação mais evidente, entre a referida obra de Sófocles e a narrativa de Lúcio Valério, seria a semelhança entre as personagens Iunia Cantaber e Antígona. Em um trecho do

livro de Mário de Carvalho, essa identificação torna-se explícita: quando Lúcio surpreende Iunia na intenção de enterrar um mouro, que seria apenas jogado em um lixo, ele então diz a ela que os tempos de Antígona já passaram, evidenciando assim, a relação direta que se poderia estabelecer entre as duas.

Pode-se perceber ainda, em diversos outros pontos da narrativa, possibilidades de aproximação entre essas duas personagens. Antígona luta contra o poder sofístico instalado em Tebas, representado por Creonte, para ela o que importa são as leis intemporais, ditadas pelos deuses. Iunia Cantaber também defende a superioridade das leis divinas, inseridas no cristianismo, sobre as leis da pólis, que são representadas pela figura de Lúcio e pelo próprio Império Romano. Ambas são provenientes de famílias nobres, e perderam de forma trágica alguns parentes próximos: Antígona perde sua mãe e depois, a um só tempo, seus dois irmãos, Etéocles e Polinices. Iunia, perde seu marido e sua mãe. Elas têm um certo desprendimento com relação à vida e uma excessiva preocupação com o “pós-morte”, representado para Antígona pelo Hades e para Iunia pela vida eterna.

Há, no entanto, um importante elemento diferenciador entre as duas, que evidencia-se pela maneira como encaram suas próprias mortes. Se as duas encaminham-se livremente para seus respectivos destinos trágicos, acreditando ser este sacrifício necessário para que se cumpram as leis divinas, Antígona em uma grande lamentação deixa transparecer a fragilidade de sua condição humana, já Iunia abraça triunfante o seu destino. Parece haver aí uma diferença que distingue o cristianismo do paganismo grego. Se em um, há uma promessa de uma vida eterna em um paraíso perfeito, em outro há apenas um acolhimento aos inferos.

Em um outro plano, pode-se também estabelecer uma certa analogia entre Lúcio Valério Quíncio e Creonte, personagem de *Antígona*. Como representantes do poder público, mas paradoxalmente afastados do povo, eles tentam defender a pólis seguindo as prescrições das “leis

escritas”. Entretanto seus interesses e crenças pessoais acabam contaminando suas atitudes públicas, sem que eles próprios tenham uma plena consciência disso.

Creonte ao proibir Antígona de enterrar seu irmão Polínices, comete uma falta contra as “leis não escritas”, as leis dos deuses. E ao persistir nessa posição, ignorando todas as advertências do coro, de seu filho Hémon e do adivinho Tiréias, caminha sozinho rumo a um final trágico. De forma análoga, Lúcio através de suas atitudes impopulares, agindo em desacordo com os desejos da “plebe”, dos magistrados e dos poderes representativos de Roma, vai isolando-se cada vez mais, até ser formalmente afastado de sua cidade e destituído de seu cargo público.

Se muitos aspectos relativos ao comportamento do duúnviro de Tarcis e do governante de Tebas apontam, inegavelmente, para uma similaridade entre eles, há também um contraponto que os distancia bastante, sendo necessário que se estabeleça entre um e outro uma interface representada por Hémon, o apaixonado noivo de Antígona. Na peça de Sófocles há uma indiferença sentimental de Creonte com relação à Antígona, já em *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, há uma evidente atração de Lúcio por Iunia Cantaber. E este conflito de sentimentos, paixão e ódio, geram em Lúcio uma cisão interna, que vai se refletindo em seus atos públicos. Ao mesmo tempo em que ele se contrapõe a Iunia, tentando dissuadi-la de propagar sua religião, e chega a odiá-la por causar a desordem em Tarcis, ele também burla todas as regras de conduta, inerentes à sua posição de duúnviro, para protegê-la da ira do povo e dos magistrados. Atitudes que resultam, em ambos os casos, em um completo fracasso, ele não consegue estabelecer a harmonia em Tarcis, nem defender Iunia da condenação à morte. Vemos então, em Lúcio Valério Quíncio, um típico personagem trágico, tomado muitas vezes pela hybris, impossibilitado de enxergar sua própria condição, buscando uma verdade absoluta em um

ambiente de ambigüidades, sendo completamente envolvido e desestabilizado por uma confluência religiosa que ultrapassa o alcance de sua pretensa racionalidade.

Como vimos, Lúcio adota em sua escrita, ainda que de forma inconsciente, o modelo estrutural de uma tragédia grega, *Antígona*. Esta apropriação traz para dentro do romance de Mário de Carvalho uma perspectiva trágica, que por um lado reflete o próprio tempo da narrativa autobiográfica de Lúcio, época em que o Império Romano já estava vislumbrando a possibilidade de declínio, e por outro, dialoga diretamente com o passado mítico, ao qual se refere a temática de *Antígona*, e também com o próprio tempo em que foi elaborada essa peça de Sófocles, século V a.c.. Se o conflito desta peça de Sófocles aborda uma disputa de valores entre os antigos e os novos deuses, temos em *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, o conflito humano, perante esses novos deuses da pólis grega, já transfigurados por uma cultura romana e quase totalmente desacreditados, alguns resquícios dos antigos deuses e ainda o surgimento de um Deus cristão. Poderia se dizer, que esse romance trágico de Mário de Carvalho, aborda três expressões religiosas diferentes, em um tempo em que nenhuma delas tem força suficiente para se impor sobre as outras.

Tem-se então em *Antígona*, como na maioria das tragédias gregas, o conflito entre os deuses dos antepassados, representantes da supremacia religiosa, e os novos deuses – os deuses da pólis, ou de uma forma mais radical a própria pólis. Temos ainda, nessa mesma peça, e em muitas outras desse período, a recorrência de um herói que se perde, ou que decai drasticamente da felicidade para desgraça, justamente por colocar-se com excesso de ânimo em defesa ou contra uma determinada posição religiosa. Podemos dizer que também Lúcio e Iunia Cantaber parecem ter cumprido esse mesmo destino trágico, ocupando este entre-lugar religioso, inserido no segundo século da era Cristã, em uma pequena província do Império Romano, onde suas convicções, representadas respectivamente pela pólis e pelo Cristianismo, só puderam levá-los ao isolamento e à sentença de morte.

**Bibliografia:**

ARISTÓTELES, *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CARVALHO, Mário de. *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SÓFOCLES. *Antígona*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1987.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.